

O CIBERESPAÇO COMO POSSIBILIDADE PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO: AS REDES SOCIAIS VIRTUAIS

Rubens Staloch¹

Isa de Oliveira Rocha²

Clóvis Reis³

Resumo

As tecnologias da informação e da comunicação (TICs) proporcionam um rico debate sobre as novas formas de organização social e do desenvolvimento de novas territorialidades, no *ciberespaço*. A partir de tal premissa, este estudo apresenta reflexões sobre a proposição de inserção das TICs, como por exemplo, as redes sociais virtuais, na execução do planejamento territorial participativo. Postula-se que o território é o resultado da impressão das relações sociais no espaço, ou seja, das territorialidades existentes, as quais podem hoje ser mediadas no *ciberespaço*. O percurso teórico-metodológico culmina com a proposição de que o *ciberespaço* pode ser explorado na via de contribuir ao planejamento e desenvolvimento regional e urbano. A proposta não esgota o diálogo sobre o tema, muito pelo contrário, o objetivo é abrir horizontes para discussões, que facilitem o entendimento sobre o alcance das dinâmicas sociais recentes, desenhadas no âmbito do *ciberespaço* e aplicadas ao planejamento e desenvolvimento territorial, sobretudo, participativo.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Territorial. *Ciberespaço*. Participação.

¹Economista, Mestre em Desenvolvimento Regional (FURB) e Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Professor da UDESC e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). rubens.staloch@udesc.br

²Professora Associada do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da UDESC. Geógrafa na Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina. isa.rocha@udesc.br

³Jornalista, Doutor em Comunicação. FURB – Universidade Regional de Blumenau professorclovisreis@gmail.com

Abstract

Information and Communication Technologies (ICTs) provide a rich debate on new forms of social organization and the development of new territoriality is in cyberspace. From this premise, this paper presents reflections on the inclusion proposition of ICTs, such as the virtual social networks in the implementation of participatory territorial planning. It postulated that the territory is the print result of social relations in space, ie, the existing territoriality, which today mediated in cyberspace. The theoretical-methodological course culminates with the proposition that this cyberspace can be explored on the way to contribute to regional and urban development. The proposal does not exhaust the dialogue on the subject, on the contrary, the goal is to open horizons for discussions, to facilitate understanding of the scope of the recent social dynamics, designed in the cyberspace and applied to planning and territorial development, especially participatory.

KEYWORDS: Territorial Planning. *Cyberspace*. Participation.

Introdução

O trabalho objetiva apresentar considerações acerca da proposta de utilizar as tecnologias da informação e da comunicação (TICs), especificamente das redes sociais virtuais, como uma das ferramentas da execução do planejamento territorial participativo; ou seja, propõe-se a utilização das TICs como uma das possibilidades viáveis de alcançar o desenvolvimento regional e urbano.⁴

As TICs, como importante inovação tecnológica desta fase do capitalismo mundial, também conhecida como 4º Ciclo Longo de Kondratieff (RANGEL, 2005) ou Período Técnico-Científico e Informacional (SANTOS, 1994), imprimem novas transformações espaço-temporais. O mestre da Geografia lembra que este estágio “se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de *meio técnico-científico*, isto é, o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência e de técnicas” (SANTOS, 1994, p. 139).

Ainda na relação entre inovações técnicas e espaço, Mamigonian (1999, p. 155) expõe que a “organização do espaço sob o capitalismo dependeu e depende

⁴ Temática da tese de doutoramento em andamento no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da UDESC.

das revoluções industriais, das revoluções nos transportes [...], mas também das reestruturações econômicas espaciais que ocorrem nos períodos depressivos”.

Posto isto, destaca-se que para subsidiar o debate, o texto a seguir, que resultou de reflexões e discussões embasadas em revisão bibliográfica, discorre brevemente sobre as categorias espaço, território, planejamento territorial, participação e *ciberespaço*, considerando suas viabilidades de interação como uma das formas de buscar o almejado desenvolvimento.

2. Abordagens sobre espaço e território

Pensar em território requer também entender o espaço. Ambos não são termos equivalentes e nem sinônimos (RAFFESTIN, 2008, p. 26) e é fundamental “entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível”. Lefebvre (1992 [1974], p. 26) compreende que as relações sociais não podem ser resumidas ao espaço físico. É o espaço da vida social onde ocorrem as relações. Dessa forma, a base do território é a natureza ou o espaço, o qual o homem transforma a partir do seu trabalho, sua intervenção. Pois “Modo de produção, formação social, espaço [...] são interdependentes” (SANTOS, 1977, p. 86).

O espaço segundo Santos (1988, p. 26): “não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas [...] O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam [...] objetos geográficos [...] [e] a sociedade em movimento”.

Para Raffestin (1993, p. 143), o sujeito “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] territorializa o espaço”, ou seja, o território é modificado pelo trabalho e pelas relações de poder presentes no cotidiano. Os indivíduos vivem cotidianamente relações sociais, criam relações de poder que se revelam na construção de malhas, nós, redes, que por sua vez, constituem o território, manifestado em diferentes escalas espaço-temporais e sociais, modificando-se no transcorrer do tempo (RAFFESTIN, 1993).

Haesbaert (2007) apresenta pelo menos três enfoques para o conceito de território: a) materialista: onde o território é recurso natural, distância física ou no limite um abrigo; b) idealista: associando território e cultura, uma visão mais simbólica e dos poderes invisíveis; c) e um enfoque integrador entre as diferentes dimensões sociais: naturalista e biológica, relações de poder (Estado-Nação Moderno) e econômica.

Devido a essas diferentes abordagens sobre o território, Haesbaert (2006) enfatiza a existência de uma multiterritorialidade, não-hierárquica e em constante processo de transformação. O território em qualquer compreensão tem a ver com poder, mas não apenas “poder político” tradicional. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

Para Saquet (2007) é preciso considerar para o processo de territorialização os quesitos: economia, política, cultura e natureza, considerando ainda, suas relações. O autor aborda a questão de um novo arranjo territorial, com autogestão e autonomia para os sujeitos, sendo que para isso é fundamental compreender e redimensionar as relações de poder que estão no cotidiano de todos.

A territorialidade e território não são sinônimos, mas sim, complementares. As territorialidades são definidas, assim como o território, histórico-temporalmente. Territorialidade está diretamente relacionada às interações sociais dos sujeitos, sejam elas, por objetivos políticos, econômicos etc. Simultaneamente são o resultado, as condicionantes e dão as características da territorialização e do território. Assim, Saquet (2007, p. 127) afirma que “os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, pelas territorialidades cotidianas”.

De acordo com Sack (2011 [1986]), as territorialidades são constituídas a partir das ações humanas, da tentativa de um indivíduo ou grupo de controlar/influenciar os demais numa área [território] delimitada. Para o autor, as territorialidades são escalares, pois podem ocorrer tanto em níveis do indivíduo, do lar, no trabalho etc., e, ainda, se alteram de acordo com as relações sociais constituídas.

Como se percebe, a construção dos territórios perpassa diversas questões, de diferentes áreas. Além dos aspectos políticos, Santos (2002 [1996]) também salienta a importância dos aspectos sociais, econômicos e culturais entrelaçados em virtude do movimento da sociedade [territorialidades] no decorrer dos diversos momentos históricos e do desenvolvimento das técnicas na compreensão do território.

A desterritorialização [virtual e não política] está intimamente ligada ao processo de modernidade e globalização, ao período técnico-científico. Saquet (2007) destaca a formação das redes de circulação e de comunicação como contribuição para o controle do espaço. Elas “agem como elementos mediadores da reprodução do poder da classe hegemônica e ligam o singular ao universal (e vice-versa), interferindo diretamente na territorialidade dos indivíduos e das classes sociais” (SAQUET, 2007, p. 129).

Essa desterritorialização [virtual] possui suas bases no discurso da (s) mobilidade(es), tanto material quanto imaterial, “especialmente aquela diretamente ligada aos fenômenos da compressão tempo-espaço, propagada pela informatização através do chamado *ciberespaço*” (HAESBAERT, 2006, p. 236). Este autor propõe uma interpretação do território como um híbrido entre materialidade e imaterialidade, funcionalidade e expressividade, explicando que há sempre um processo de territorialização e desterritorialização.

Também elenca-se que há diferentes perspectivas de territórios e a isto Haesbaert chama de multiterritorialidade:

Multiterritorialidade (ou multiterritorialização se, de forma mais coerente, quisermos enfatizá-la enquanto ação ou processo) implica assim a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma “mobilidade concreta”, no sentido de um deslocamento físico, quanto “virtual”, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço. (HAESBAERT, 2006, p. 341)

Não se trata apenas de uma transformação meramente quantitativa, mas sim, de “mais alternativas territoriais, maior facilidade de acesso, maior velocidade de mudança” (HAESBAERT, 2006, p. 345). Devido a essas novas articulações

territoriais, embasadas no *ciberespaço*, surgem os “territórios-rede flexíveis, onde o mais importante é ter acesso aos pontos de conexão que permitem “jogar” com a multiplicidade de territórios existentes, criando assim uma nova territorialidade” (HAESBAERT, 2006, p. 345) e, também, constituindo-se em constantes desterritorializações e reterritorializações.

De acordo com Haesbaert (2006), um dos principais teóricos sobre a desterritorialização no *ciberespaço* é Lévy (1999, p. 94), o qual conceitua *ciberespaço* como sendo “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores”, sendo o virtual a marca desse *ciberespaço*.

A comunicação e a organização virtual transcende fronteiras, é global. Difunde-se através do poder integrado nas redes globais (CASTELLS, 1999). Desse modo, “territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2006, p. 280).

3. O Ciberespaço

Estudos demonstram que a internet pode contribuir para a interação social *online* e *off-line* de forma muito significativa. Por mais que existam céticos com relação a utilização da internet para a mediação das relações, pesquisas mostram que os usuários conectados conversam muito mais por outros meios, inclusive, por telefone, do que pessoas que não estão conectadas à rede. Sendo assim, a questão colocada de que a internet [diga-se também, as relações no *ciberespaço*] acaba colocando os sujeitos em isolamento social se desfaz (KATZ *et al.*, 2001).

Conforme Lévy (1999, p. 94), o *ciberespaço* é “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores”, sendo o virtual a marca desse.

O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p. 17)

Esse *ciberespaço* está pautado na virtualização, que não é uma desrealização, o que aumenta os graus de liberdade. Lévy (1999) diz que a virtualização pode ser encarada como um sinônimo de desterritorialização quando “o *ciberespaço* encoraja um estilo de relacionamento quase independente dos lugares geográficos [...] e da coincidência dos tempos” (LÉVY, 1999, p. 51).

Surgem novas territorializações embasadas na organização em rede, descritas por Castells (1999), as quais têm como características a mobilidade ou o movimento. As territorialidades, assim como as tecnologias são multidimensionais. As tecnologias, principalmente a estruturação de comunicações via internet, começam a tomar forma nos anos de 1960, emergindo um novo paradigma tecnológico, o da comunicação *online*. Para Castells (1999), a tecnologia não define a sociedade, ela é a sociedade, inclusive, possibilitando relações de poder.

É importante ressaltar que o conceito de redes não é uma exclusividade do universo tecnológico. Não se constituem apenas devido às tecnologias da informação e comunicação (TICs). São formas muito antigas de práticas humanas. Os seres humanos estão inseridos em uma sociedade através de relações que constroem ao longo de suas vidas, primeiro no âmbito familiar, escolar, no trabalho etc., e, assim, a própria natureza humana nos conduz a uma estrutura de organização em rede.

Watts (2009, p. 11) conceitua rede como sendo “um conjunto de objetos conectados entre si de certo modo”. Quando se fala em rede, podemos falar tanto de uma grande empresa, de roteadores na internet ou até de neurônios, porém, todas estas possuem formas distintas umas das outras.

Todos os organismos vivos são uma rede, desde o corpo até a relação com os demais seres e com a própria natureza. O padrão de rede é um dos padrões de organização mais básico de todos os sistemas vivos (CAPRA, 1996, 2001).

Em todos os níveis da vida existem redes de conexões, de interligação, desde o sistema metabólico do corpo até as teias alimentares dos ecossistemas. Dessa forma, Capra (1996) chama a atenção para o fato de que os componentes e os sistemas vivos se interligam sob a forma de rede.

Embora a metáfora descrita por Capra (1996) possa ajudar na compreensão da estrutura em rede, não podemos transportá-la para o domínio social sem antes considerar as características que a definem. Para entender o sistema metabólico do corpo humano é preciso, antes de tudo, entender que este é um padrão não-linear de organização. É preciso entender de biologia molecular e de bioquímica para compreender a natureza das conexões e suas funções dentro do sistema.

Assim, também se deve fazer para analisar uma rede social que, por sua vez, é um sistema não-linear de organização. Os nós e as conexões dessas redes, diferentemente da rede molecular, não são dadas a partir de elementos bioquímicos, mas sim, de elementos sociais, envolvendo a história, a cultura, a linguagem, a comunicação, fenômenos etc.

As redes sociais são dadas por conexões, diretas e indiretas, que ligam uma pessoa ou grupo a outras pessoas ou grupos. Estas podem ser constituídas de forma direta quando incluem pessoas que você conhece (amigos) e, indireta quando são formadas por relações de “segundo grau” (amigos de amigos).

No momento em que se vive, a organização social está pautada em torno de novos padrões em rede, no *ciberespaço*, pois, são constituídas através de meios de comunicação, como exemplo, nas redes sociais virtuais (RSVs). Como redes sempre remetem a agrupamentos, a coletivos com uma dinâmica desenvolvida para que ocorra sempre a interação entre os atores, as tecnologias digitais ocupam um papel central nas profundas mudanças experimentadas em todos os aspectos da vida social, constituindo novos paradigmas (RECUERO, 2011).

As relações sociais contemporâneas estão se modificando devido à utilização destas tecnologias, principalmente da internet na composição de redes de comunicação e interação, as chamadas redes sociais (RECUERO, 2011). De acordo com Castells (1999), as tecnologias da informação e comunicação são sensíveis aos usos sociais. A tecnologia é condição necessária, mas, não somente para a

emergência de uma organização social baseada em redes, nós, conexões. É necessária a adaptação e a vivência dos agentes (indivíduos) nessa nova forma de organização.

A difusão da internet, então, significa que os dados podem ser processados de forma muito rápida em quase qualquer parte do mundo, não existindo a proximidade física entre os indivíduos envolvidos ou conectados, surgindo assim o *ciberespaço*.

Presume-se que a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação e informação, da internet, as relações sociais passaram a ser organizadas não mais delimitadas somente a um espaço físico ou geográfico, mas também, essas relações passaram a ocorrer independentes de tempo e espaço. Passaram a ocorrer em um *ciberespaço*, em grande parte, após os anos 2000, nas redes sociais virtuais (RECUERO, 2011).

Recuero (2011) diz que na internet os dados podem ser processados de forma muito rápida em quase qualquer parte do mundo, não existindo a necessidade de proximidade física entre os indivíduos envolvidos ou conectados, eis o *ciberespaço*: “o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores” (LEVY, 1999, p. 17).

Essa interconexão mundial de computadores, designada *ciberespaço*, remodela a sociedade, pois causa um impacto social e cultural muito forte, tanto positivamente, quanto negativamente, principalmente na discussão sobre o poder, como aborda Lévy (1999). A revolução da tecnologia está remodelando a base material da sociedade, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade, onde “as redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela” (CASTELLS, 1999, p. 22).

Inclusive, pode-se dizer que há uma relação híbrida entre as relações nos lugares físicos e no *ciberespaço*. Nesse sentido há uma interpenetração, entre o *on-line* e o *off-line*, conforme descreve Malini (2013). O *ciberespaço* fez com que a rua e a rede se interpenetrassem, surgindo uma política colaborativa e em tempo real.

Para o autor, o *ciberespaço* é um ambiente virtual comunitário e participativo de grupos de discussão.

Em seu livro “A Internet e a rua”, Malini (2013) destaca, com base nos protestos ocorridos no Brasil e no mundo, a hipótese de que a rua e a rede se interpenetram, fazendo surgir uma relação direta e em tempo real, há uma interpenetração. No caso de movimentos sociais, tal interpenetração ocorre de uma forma tão simbiótica que a rua e a rede parecem uma só.

Desta forma, a internet foi apropriada por se tornar um espaço constante de tensão de diferentes movimentos e poderes, culminando em uma mobilização global político-afetiva, nas ruas e nas redes (MALINI, 2013), como pode ser observado nos movimentos da Primavera Árabe, *Occupy Wall Street*, 15M na Espanha e nas mobilizações no Brasil em junho de 2013. Todas desencadeadas de forma on-line, mais precisamente, através de redes sociais virtuais e também interpenetradas com as ruas (STALOCH; REIS, 2016).

A emergência da internet como meio de comunicação fez com que ocorresse uma nova interpretação, como culminação de um processo histórico de desvinculação entre localidade e sociabilidade na formação da comunidade: “novos padrões, seletivos, de relações substituem as formas de interação humanas territorialmente limitadas” (CASTELLS, 2003, p. 98).

A internet “é uma extensão da vida como ela é, em todas as suas dimensões e sob todas as suas modalidades” (CASTELLS, 2003, p. 100). Nesse sentido, as redes que se formam no *ciberespaço* são constituídas através da comunicação, pela linguagem simbólica, por relações construídas espaço-temporalmente.

Não seria possível compreender a interação social no *ciberespaço* para a constituição e/ou debate sobre planejamento territorial (regional e urbano) participativo? Tendo em vista que, por exemplo, as RSVs possuem como atributos: capacidade de constituir comunicação horizontalizada; os indivíduos podem se organizar de forma autônoma; possibilitam múltiplas conexões e são potencializadoras, pois, assumem papel potencializador em ações desempenhadas pelos indivíduos.

A seguir, correlaciona-se o conceito de *ciberespaço* com as novas relações sociais construídas neste e a partir das quais se pode pensar na elaboração de redes para o planejamento territorial participativo. Isto é, trata-se de um esboço sobre as interações no *ciberespaço* como forma de planejamento territorial participativo.

4. Ciberespaço e o planejamento territorial

A organização do espaço, da localização dos fixos/fluxos ou dos objetos/ações ou das formas/funções, interfere no processo de desenvolvimento na medida em que o próprio espaço se apresenta como acumulação de trabalho e incorporação de capital na superfície terrestre, agindo como um campo de força, cuja energia é a dinâmica social (SANTOS, 1978).

O desenvolvimento é um dos principais objetivos do planejamento territorial – nas escalas regional e urbana – e dentre as várias concepções de desenvolvimento, concordamos que se trata de um:

Processo contínuo e progressivo, gerado na comunidade e por ela assumido, que leva as populações a um crescimento global e harmonizado de todos os setores da sociedade, através do aproveitamento de seus diferentes valores e potencialidades, de modo a produzir e distribuir os bens e os serviços necessários para a satisfação das necessidades individuais e coletivas do ser humano, por meio de um aprimoramento técnico e cultural, e com o menor impacto ambiental possível. (COIMBRA apud AGUIAR, 1997, p. 8)

Assim, a finalidade primária do planejamento e gestão territorial conforme Mafra e Silva (2004, p. 8) resume-se ao “ordenamento territorial, significando esta expressão a análise da distribuição dos locais destinados a habitação e a actividades produtivas e outras num dado espaço, bem como das formas de utilização pelos diversos agentes envolvidos”. Por sua vez, ainda lembram os autores, o planejamento territorial é entendido como “uma estrutura analítica e estratégica, na sua essência um conjunto coerente de políticas que estabelecem ou modificam o ordenamento territorial” (MAFRA e SILVA, 2004, p. 9).

Portanto executar o planejamento territorial: “é definir o melhor modo de

ocupar o sítio de um município ou região, prever os pontos onde se localizarão atividades, e todos os pontos onde se localizarão atividades, e todos os usos do espaço, presentes e futuros” (BRASIL, 2004, p. 14). E por meio do planejamento territorial:

Pode-se converter a cidade em benefício para todos; podem-se democratizar as oportunidades para todos os moradores; podem-se garantir condições satisfatórias para financiar o desenvolvimento municipal; e podem-se democratizar as condições para usar os recursos disponíveis, de forma democrática e sustentável. (BRASIL, 2004, p. 14)

De acordo com Saquet (2011, p.105) “a práxis de desenvolvimento territorial não pode ser burocrática e centralizada, direcionada *por e para* poucos, político-partidária e subordinante”. Uma das formas de integrar cada vez mais os indivíduos nos processos decisórios acerca do planejamento não estaria no *ciberespaço*?

Segundo Brasil (2004, p. 13): “Todos os cidadãos estão habilitados a participar do planejamento de sua cidade e podem intervir na realidade de seu Município”. Portanto, o planejamento regional e urbano precisa ser construído, com base em princípios como:

Participação, solidariedade e cooperação, reconhecendo as diferenças, as identidades, as necessidades das pessoas, os anseios, os sonhos, enfim, a heterogeneidade dos tempos, dos territórios, das temporalidades, das territorialidades e a conquista de autonomia no processo decisório (SAQUET, 2011, p. 105)

O autor relata ainda que é fundamental a integração entre os pesquisadores, formadores em diferentes níveis acadêmicos, e cidadãos, em projetos, programas e planos de desenvolvimento. Desta forma, não seria o *ciberespaço* um excelente espaço de integração? De forma rápida, automediada e horizontalizada?

Hoje, há a constituição de relações sociais entre os indivíduos, mesmo estando em territórios físicos distantes, de forma horizontalizada, autônoma e automediada. “Os vínculos cibernéticos colaboram para que as pessoas, que antes teriam vidas sociais mais limitadas, tenham contatos mais diversificados pelas redes” (LABADESSA, 2012, p. 84), tornando as territorialidades, não mais limitadas

fisicamente e, sim, expandidas ao *ciberespaço* que, por sua vez, é um agente de libertação.

Essa interação social no *ciberespaço* pode se dar de forma síncrona ou assíncrona. Síncrona quando simula uma interação em tempo real, como nos canais de *chat* ou, mesmo, nos bate-papos das redes sociais virtuais. São interações em que ambos os sujeitos estão presentes, no mesmo momento em uma mesma conexão (RECUERO, 2011). Já as interações assíncronas, são aquelas que permanecem mesmo quando os sujeitos estão desconectados do *ciberespaço*, por exemplo, o e-mail e os fóruns, onde a expectativa de resposta não é imediata (RECUERO, 2011).

Uma RSV é disseminada nos *sites* de redes sociais. Recuero (2011, p. 102) define-os como “os espaços utilizados para a expressão das redes sociais na internet”, ou seja, permitem a visibilidade, a articulação das redes sociais e a própria manutenção dos laços sociais existentes no espaço *off-line*. Os sites de redes sociais permitem a expressão da rede social.

Uma rede social é sempre um conjunto de atores e suas relações, no *ciberespaço*, no âmbito dos indivíduos possibilita novas combinações de emprego e trabalho autônomo, expressão individual, cooperação e sociabilidade e, para os ativistas políticos, ela tornará possível que redes de indivíduos se combinem e cooperem para disseminar sua mensagem no mundo, conforme pontua Castells (2013).

Nesse *ciberespaço*, os cidadãos são encorajados a se relacionarem uns com os outros, independentemente da localização geográfica em que estão. Assim é a estrutura organizacional que igualmente define essa era (CASTELLS, 1999): a organização virtual e em rede, dadas através das tecnologias da informação e comunicação, revolucionando a maneira como os indivíduos interagem, como se mobilizam e como podem constituir territorialidades e então, por que não, participar de debates, fóruns, chats, etc. via *ciberespaço* que vise contribuir ao desenvolvimento territorial?

Por que o poder público, na escala regional e urbana, não utiliza destas novas formas de interação [por exemplo, via aplicativos de celular ou mesmo RSVs] para

direcionar seus projetos e programas de acordo com as demandas [e realidades] dos seus cidadãos? Não seria uma excelente forma de integração? Ver Figura 1 a seguir.

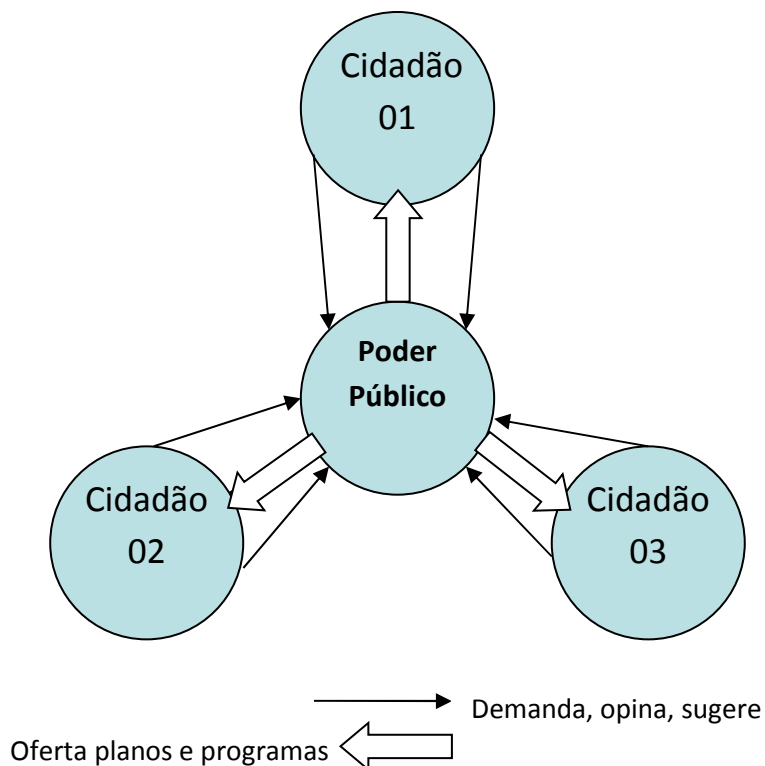


Figura 1. Relação entre poder público e cidadãos via *ciberespaço*
Fonte: Elaborado por Staloch (2016).

Neste sentido de interação via aplicativos, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2016 (para Prefeituras) disponibilizou um aplicativo intitulado “pardal”⁵ permitindo que os cidadãos façam denúncias sobre irregularidades cometidas por candidatos e partidos. Além de disponibilizar demais aplicativos⁶ que permitem aos cidadãos a consulta de candidatos e dados sobre o mesmo. (TSE, 2016)

⁵ Disponibilizado apenas para o Estado do Espírito Santo. *Download* grátis nas lojas de aplicativos para Android e iOS.

⁶ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2016/aplicativos-justica-eleitoral>> . Acesso em: 19 ago 2016.

Sendo assim, no aplicativo sugerido neste trabalho, além de verificar a situação dos planos e programas já implementados, os cidadãos, via *ciberespaço*, poderiam fazer suas demandas ao poder público, sem a necessidade de um processo burocratizado e demorado para tais solicitações e o mesmo as atenderia de forma mais direcionada, através de um processo de interpenetração, termo adaptado do usado por Malini e Antoun (2013). Faz-se aqui menção à capacidade do *ciberespaço* de constituir comunicação horizontalizada; os indivíduos podem se organizar de forma autônoma; possibilitam múltiplas conexões e são potencializadas.

Conclusão

No percurso teórico-metodológico deste trabalho, não se teve como objetivo esgotar os diálogos sobre o assunto, muito pelo contrário, o intuito é abrir horizontes para novas discussões, que possam contribuir para o entendimento das dinâmicas sociais recentes, desenhadas no âmbito do *ciberespaço*. Entre os temas que desafiam novas investigações inclui-se a proposição das relações estabelecidas no espaço virtual – *ciberespaço* – aplicáveis ao desenvolvimento territorial na forma de participação.

Como já mencionado, o intuito desta discussão foi apresentar uma proposta para alçar os novos caminhos da participação dos cidadãos no processo do planejamento territorial. Por que não se pensar em metodologias para um planejamento participativo via *ciberespaço*? Afinal, eis uma nova forma de organização, comunicação e mediação para o desenvolvimento regional e urbano.

Referências Bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano diretor participativo**: Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Disponível em: <<http://polis.org.br/wp-content/uploads/Plano-Diretor-Participativo-1.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

_____. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (SPI). **Estudo da dimensão territorial para o planejamento:** regiões de referência. Brasília: MP, 2008. V.3. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/404/vol_III_Regioes.pdf?squence=3>. Acesso em: 12 maio 2016

CAPRA, F. **A teia da vida:** uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix; Amana-Key, 1996.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet:** reflexões sobre internet, negócios e sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

_____. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

HAESBAERT, R. Definindo território para entender desterritorialização. In: SANTOS, M. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

KATZ, J. RICE, R. E., ASPDEN, P. The internet: 1995-2000: Access, Civic Involvement, and Social Interaction. **American Behavioral Scientist**, v.45, 2001. Disponível em: <<http://abs.sagepub.com/content/45/3/405.short>>. Acesso em: 21 maio 2016.

LABADESSA, E. O uso das redes sociais na internet na sociedade brasileira. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade (RMS)**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 82-94, maio-ago, 2012. Disponível em: <http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/viewFile/62/pdf_1>. Acesso em: 12 jun.2016.

LEFEBVRE, H. **The production of the space.** Oxford: Blackwell, 1992 [1974].

LEVY, P. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

MAFRA, F.; SILVA, J. A. **Planeamento e Gestão do Território.** Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004.

MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilizações nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MAMIGONIAN, A. Kondratieff. Ciclos médios e organização do espaço. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 28, p.152-157, jul-dez; 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/15309/13904>>. Acesso em: 12 maio 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, I. M. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54. São Paulo: AGB/FFLCH-USP, 1977. Disponível em: <http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/sociedade-e-espaco-a-formacao-social-como-teoria-e-com-metodo_MiltonSantos_1977.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular 2007.

_____. (org.); SPÓSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2016.

STALOCH, R; REIS, C. O princípio da Teoria da Agência em movimentos ciberativistas. **Vozes e Diálogo**, v. 14, n. 02, fev; 2016. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/8156>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE,2016). **Aplicativa justiça eleitoral**. Disponível em<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2016/aplicativos-justica-eleitoral>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

WARREN, I. S. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan-abr, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2016.

WATTS, D. J. **Seis graus de separação**: a evolução da ciência de redes em uma era conectada. São Paulo: Leopardo, 2009.